

TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO PAMPEANO-PATAGÔNICO NA ARGENTINA (1870 - 1880): DA CAMPANHA DO DESERTO À LEI DE TERRITÓRIOS NACIONAIS

Ana Carolina Gutierrez Pompeu
Doutora em História pela Universidade de Brasília e pós-doutoranda
em História pela Universidade de São Paulo
E-mail: ana_carollinagp@hotmail.com

Resumo:

A territorialização do Pampa e da Patagônia pelo Estado argentino, passou por processos de negociações e conflitos com os legítimos habitantes desses espaços: as populações indígenas. Esse processo ocorreu apenas no final do século XIX, quando o Estado teve condições políticas e materiais para enfrentar a soberania dessas sociedades sobre os espaços que já eram considerados parte de seu território nacional, mesmo antes de sua ocupação efetiva. A partir da convivência e da disputa por espaços, construiu-se uma fronteira entre os territórios indígenas e os povoamentos argentinos. Serão discutidos os processos de interação e convívio transcultural nessa fronteira, bem como, sua transformação a uma fronteira militar, com o claro objetivo de enfrentamento as sociedades indígenas, juntamente com a pretensão de convertê-los a cidadãos para transformar seus territórios em territórios nacionais. A forma de inserção desses novos espaços pelo Estado, configurou uma lei de Territórios Nacionais, que carregava em sua essência, os preconceitos raciais e culturais aos grupos étnicos, tão recorrentes ao século XIX.

Palavras-chave: *Fronteira. Argentina. Campanha do Deserto. Sociedades Indígenas. Pampa.*

Espaço de fronteira

Desde a etapa colonial, a ocupação ocidental na área que chamamos hoje de Argentina, conviveu com a presença de inúmeras sociedades indígenas de origens diversas, que rivalizavam com os *criollos* (descendentes de espanhóis)¹, o direito de ocupação em suas próprias terras. Nos antigos mapas coloniais² as terras indígenas configuravam como parte da jurisdição do Vice-Reinado do Rio da Prata, que continha muitos espaços vagamente conhecidos pelos colonizadores. Mesmo com o pouco interesse no Rio da Prata, localidade distante e com nativos hostis, a Coroa espanhola empreendeu muitas tentativas de expandir as áreas efetivamente ocupadas desde o século XVII, com intentos sem muito sucesso. Esse objetivo de expansão territorial foi igualmente perseguido pelos argentinos no século XIX, após a emancipação com a metrópole. Entre as áreas efetivamente ocupadas pelos *criollos* e as áreas indígenas, criou-se um espaço de fronteira fluido e permeável, a partir de enclaves de

¹ Se utiliza, muitas vezes nesse artigo, *criollos* ao invés de argentinos, devido ao processo de formação do Estado argentino na Argentina só haver se concretizado a partir da década de 1860, não sendo correto o uso do vocabulário pátrio “argentinos” para o período posterior à independência. CHIARAMONTE, José Carlos. Nación y Estado en Iberoamérica. [...] Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004, p. 60.

² SAID, Jaime. Patagonia. Santiago de Chile: Editorial Patagonia Media, 2011, p. 31.

fronteira constituídos de fortes que funcionavam como tentativas de aproximação com esses espaços e seus habitantes.³

Entre os intentos mais bem sucedidos de avanço territorial até a primeira metade do século XIX, estão as expedições comandadas por Juan Manuel de Rosas, durante a década de 1830. Rosas foi um caudilho dono de terras, que atuou como governador da província de Buenos Aires por dois momentos nas décadas de 1820 e 1830. Cabe lembrar que a primeira etapa do pós- independência na Argentina foi marcada pela descentralização política, em que o governador da província de Buenos Aires atuava como representante do país no exterior, dada a ausência de um presidente e de uma constituição única.⁴ As expedições de Rosas contra os indígenas no Pampa faziam parte de uma política de relações interétnicas, que alternavam a diplomacia com o conflito, chamada de “Negócio Pacífico de Índios”.⁵ Rosas conseguiu expandir as terras de criação de animais ao sul de Buenos Aires, expulsando os índios para outros espaços, mas que, aos poucos, e devido a fatores internos de instabilidade política no governo *criollo*, as áreas conquistadas por Rosas regrediram em virtude da reocupação indígena.⁶

Concomitante ao período de Rosas no poder, o Pampa passou por uma onda de imigração de índios *Mapuches*, oriundos da Araucania chilena, para o lado argentino da cordilheira dos Andes. Esses novos imigrantes dominaram os grupos pré-existentes e fortaleceram um circuito comercial trans-cordilheirano de animais como gado e o cavalo, que abasteciam grupos *criollos* e indígenas adaptados a esses animais desde a introdução pelos espanhóis.⁷ Assim, a dinâmica do espaço de fronteira no Pampa, era marcada pela violência entre os grupos *criollos* e indígenas, que enfrentavam-se em busca da afirmação de soberania territorial, pelo comércio de insumos, pela diplomacia entre o governo e os principais caciques, onde o governo buscava amenizar as invasões indígenas às fazendas criadoras de gado pelo pagamento de víveres (que incluíam animais e outros bens de consumo), e pela mestiçagem entre os diferentes habitantes fronteiriços. A sociedade de fronteira se formava a partir do contato feito pela interação conflituosa, o que incluía a disputa por terras e por

³ NACUZZI, Lidia. Introducción. In: NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina P. Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010, p. 10 - 11.

⁴ TERNAVASIO, Marcela. Historia de la Argentina, 1806-1852. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 240.

⁵ RATTO, Silvia. Una Experiencia Fronteriza Exitosa: el negocio pacífico de indios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852). Revista de Indias, 2003, vol. LXIII, núm. 227, p. 195.

⁶ FRADKIN, Raúl O., GELMAN, Jorge. Juan Manuel de Rosas. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 241.

⁷ BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. Revista ANDES, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007. BECHIS, A. Martha. Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica. Buenos Aires: Sociedad de antropología Argentina, 2010, p. 49.

animais, e se consolidava na mestiçagem e na presença de *criollos* convivendo com indígenas como cativos⁸ e índios vivendo junto aos *criollos* como aliados militares. No mapa a seguir, a localização de algumas etnias estão designadas em cinza claro e a demarcação da fronteira interna até 1860, demonstrada pela linha pontilhada. O território efetivamente ocupado pela Argentina corresponde a marcação em cinza mais escuro, com exclusão dos espaços de soberania indígena em disputa.



Figura 1: Argentina até 1860, com grupos étnicos do Pampa e da Patagônia (MANDRINI, 2012, p. 236)

Ao longo da segunda metade do século XIX e à medida em que ocorria a organização política da Argentina como um Estado, os espaços de fronteira foram se militarizando, na tentativa de pressionar uma almejada expansão territorial que ocupasse definitivamente as terras indígenas, já consideradas como parte do território nacional. A baixa capacidade bélica e organizacional do corpo de exército argentino, apenas consolidado com a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), confirmava a desvantagem dos argentinos em relação aos índios, que contavam com sistema bélico organizado e com armas mais eficazes para o tipo de conflito, composto de invasões rápidas com auxílio de cavalos. Tal posição de inferioridade, impediu

⁸ *Criollos* capturados em *malones*, que viviam entre os índios de forma obrigatória ou voluntária. *Malones*, por sua vez, eram os ataques indígenas às fronteiras e às fazendas do Pampa. Prática comum a essas sociedades, possuíam funções políticas (para forçar negociações ou alianças) e econômicas (para obter gado e cavalos das fazendas). JONG, Ingrid, Las Alianzas Políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). In: QUIJADA, Monica (ed.) De los cacicazgos a la ciudadanía. [...] Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011, p. 83.

os argentinos de ocuparem as áreas para além das fronteiras étnicas, também chamadas de fronteiras internas, permanecendo boa parte do Pampa e toda a Patagônia em posse da soberania indígena, com exceção de alguns enclaves de fronteira como portos e fortes.

Os espaços de fronteira receberam a denominação de “fronteiras internas”, em oposição às fronteiras internacionais do país, demarcando áreas consideradas nacionais, embora não ocupadas pelo governo ocidental, mas sim, por grupos étnicos diversos. Para além da “fronteira interna”, estava o deserto. A maioria das terras do Pampa eram secas quando afastadas de rios. No entanto, ao longo do século XIX, construiu-se uma imagem discursiva do deserto como um espaço vazio de “civilização”, ou seja, da população de origem cultural europeia. Formando uma antítese com a civilização presente nas principais cidades argentinas, estava a “barbárie” dos espaços de ocupação indígena, expressados como espaços “desertos”, Povoado por diversas etnias indígenas, o “deserto” era ausente de elementos considerados favoráveis ao progresso material e social, e, o uso não produtivo desse espaço, legitimava a pretensão do Estado argentino em ocupá-lo.⁹

O livro emblemático de Domingo F. Sarmiento, “Facundo: ou civilização e barbárie”,¹⁰ descreve os conceitos de civilização e de barbárie como mais ou menos afastados do conjunto de hábitos culturais europeus. À barbárie estaria nos índios, nos mestiços, na descentralização política dos caudilhos, que exerciam sua influência pela violência nos desertos.

O mal que aflige a República argentina é a extensão: o deserto a rodeia por todos os lados e se insinua por suas entranhas. (...) Ao sul e ao norte, espreitam os selvagens, que aguardam as noites de luar para cair, feito um bando de hienas, sobre os rebanhos que pastam nos campos e as populações indefesas.¹¹

Em “Facundo”, assim como em muitos outros discursos literários e políticos do período, construiu-se um entendimento sobre os desertos como um problema para formação da Argentina, dentro dos valores que compunham a civilização. O deserto era simbolizado como um inimigo do país,¹² construindo a fronteira como uma barreira social e cultural entre o par antagônico da “civilização e da barbárie”. Os índios habitavam esses espaços “despovoados”, temidos pelos ataques realizados às fronteiras e suas populações “indefesas”, como descrito em “Facundo”. Em outro trecho, Sarmiento construiu o deserto como um palco

⁹ RATO, Silvia. La construcción del territorio nacional en espacios de frontera. In: ROMANI, Carla; MENEGAT, Carla; ROMANI, Bruno (org). **Fronteiras e Territorialidades**. Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. Rio de Janeiro: Intermeios, 2019, p. 181.

¹⁰ SARMIENTO, Domingo F. **Facundo**. Ou civilização e barbárie. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

¹¹ Ibid, p. 68.

¹² TORRE, Claudia. Estudios Preliminares. In: **El otro desierto de la Nación argentina**. Antología de la narrativa expedicionaria. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010, p. 11 - 12.

“da luta entre a civilização europeia e a barbárie indígena”, onde a presença desses desertos impediam o desenvolvimento dos espaços de civilização e, conseqüentemente, do progresso do país:

O deserto as circunda [as cidades] a uma distância maior ou menor: quando mais perto, oprime-as; a natureza selvagem as reduz a uns estreitos oásis de civilização, encravados num plano inculto, de centenas de milhas quadradas, mal interrompido por um ou outro vilarejo mais considerável (...) Se um vislumbre de literatura nacional pode brilhar momentaneamente sobre as sociedades americanas, é aquele que resultará da descrição das grandiosas cenas naturais e, sobretudo, da luta entre civilização europeia e barbárie indígena.¹³

A partir da contradição entre a civilização e a barbárie, as cidades foram representadas como um “oásis de civilização”, entre os desertos que compunham a maior parte do país e que eram, ao mesmo tempo despovoados (de civilização) e povoados por numerosos grupos indígenas “bárbaros”. Como herdeiros da civilização oriunda da Europa, Sarmiento construiu a imagem de um mundo americano, indígena, mestiço, e, portanto, dotado de “barbárie”, configurando os desertos como o espaço da desocupação da civilização. O julgamento dos índios ou dos americanos como pertencentes a uma sociedade inferior a que se construía na Argentina, justificou o combate a ela, reiterando a necessidade de continuar o projeto iniciado na colonização.

A realidade de uma fronteira permeável e porosa no espaço de fronteira do Pampa, era substituída pela imagem de uma fronteira militar, que deveria avançar para consolidar o território do país e frutificar a utopia da civilização. Tendo em vista esse imaginário, os índios eram os habitantes dos “desertos”, esses espaços povoados por sociedades cada vez mais desconsideradas do que se entendia por “civilização”. A presença indígena nos desertos pampeanos no século XIX, marcou a expressiva capacidade de resistência, perante as constantes tentativas de colonização desses espaços.

Etnias em contato no espaço de fronteiras

Os grupos étnicos do espaço pampeano-patagônico que mais interagiram com a sociedade *criolla* durante o século XIX foram: os *ranqueles*, os *salineiros* ou os chilenos, os *hulliches* e os *pehuenches*.¹⁴ Os primeiros habitavam nas proximidades da província de Córdoba, e os principais caciques eram Mariano Rosas e Manuel Baigorritá. No geral, eram grupos hostis às negociações com o governo argentino, salvo contatos realizados tendo em

¹³ SARMIENTO, p. 83 - 97.

¹⁴ BECHIS, Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. Revista Tefros - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006, p. 7.

vista formar alianças ou por *criollos* que viviam entre essa etnia como cativos, capturados em invasões às cidades de fronteira.¹⁵ Os *salineiros* habitavam as áreas mais férteis do Pampa úmido, localizados a sudoeste de Buenos Aires. Esse grupo era composto principalmente por índios provenientes do Chile, entre os quais, Juan Calfulcurá (ou Pedra Azul), que se estabeleceu como principal cacique após submeter outros grupos indígenas. Os *tehuelches* tinham como principal cacique Feliciano Purrán e Valentín Saygüequé era o cacique representante dos *huilliches*, correspondendo a atual a província de Neuquén. Outros grupos como parcialidades *tehuelches* e os índios dos caciques Juan Catriel, habitavam o interior dos “espaços de fronteira” no lado *criollo* e eram considerados “índios amigos”.¹⁶

Sobre tais nomenclaturas utilizadas para os grupos étnicos descritas acima, cabe lembrar que se trataram de designações, muitas vezes, genéricas e designadas impositivamente pelos colonizadores.¹⁷ Essas atribuições podiam corresponder ao local onde esses índios costumavam habitar, porém, uma mesma designação poderia ser utilizada para fazer referência a grupos habitantes de locais diferentes, comandados por caciques diferentes. Sobre isso, Lúdia Nacuzzi esclarece que não era tão importante para os espanhóis definir nomes para os grupos, mas sim, definir quais eram suas lideranças, os grupos e os caciques considerados como aliados e seus inimigos.¹⁸ Isso porque, as sociedades que se encontravam no Pampa e na Patagônia geralmente se organizavam em torno de um líder, o cacique, que representava uma posição hereditária, mas que não necessariamente era vinculada ao poder político, que por sua vez era conquistado tanto pelo mérito quanto pelo reconhecimento do grupo.¹⁹ Esses caciques estabeleciam alianças para se fortalecer em caso de guerra, mas que poderiam ser dissolvidas nos períodos de paz em virtude de outros interesses. A autoridade do cacique, assim como as alianças criadas, eram, portanto, fluidas e variavam a partir de situações políticas específicas.²⁰ Por serem nômades, se estabeleciam em assentamentos de base que poderiam durar vários meses e possuíam outras bases transitórias nas proximidades do local de abastecimento de seus recursos.²¹

Dentre os muitos processos de adaptação resultantes do contato com a sociedade *criolla*, um dos mais importantes para as sociedades indígenas foi a inserção do gado e do

¹⁵ MANSILLA, Lucio V. Una excursión a los indios Ranqueles. Buenos Aires: Agebe, 2010, p. 14 - 18.

¹⁶ JONG, p. 85 e BECHIS, p. 10.

¹⁷ JONG, p. 109 - 111.

¹⁸ Ibid, p. 119.

¹⁹ NACUZZI, p. 32.

²⁰ JONG, p. 87.

²¹ NACUZZI, Lidia. Identidades Impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998, p. 204.

cavalo. Introduzido no Pampa desde o século XVII, o gado que se reproduzia livremente pelas pastagens, tornou-se escasso no século XVIII, quando os *criollos* passaram a criá-los em fazendas cercadas, tentando impedir a captura desses animais pelos índios.²² No entanto, esses animais já possuíam igual importância econômica nas duas sociedades e seu confinamento nas fazendas *criollas* foi motivo de conflito com os indígenas, que passaram a buscar esses animais por meio de ataques com o objetivo de abastecer suas rotas comerciais.

Desde a década de 1830, foi iniciado o fluxo migratório de índios do Chile, modificando a composição étnica do espaço pampeano. A chamada “araucanização” dos Pampas ocorreu em virtude de conflitos armados no território chileno, resultando na territorialização de grupos que se deslocaram da Araucania chilena para o Pampa argentino.²³ Desse processo, originou-se o grupo conhecido por *salineros*, que consolidou sua hegemonia na área de Salinas Grandes. Juan Calfulcurá se estabeleceu como o principal cacique do Pampa, construindo sua supremacia perante os demais grupos, pelo fortalecimento de uma rede de comércio de animais desde o Pampa até o Chile. Os *malones*²⁴ e os animais provenientes do pagamento dos víveres efetuados pelo governo, que tinham em vista o controle das invasões indígenas e o estabelecimento de alianças com os caciques, eram fundamentais para a manutenção desse comércio.²⁵

Alguns caciques foram considerados como “amigos” e estabeleceram relações de aliança próximas com o governo, sendo que muitos habitavam o lado *criollo* da fronteira e, inclusive, compunham as forças militares em defesa aos ataques de outros grupos nas fronteiras.²⁶ Tal relação reflete a dinâmica da fronteira, que estava longe de configurar uma barreira entre duas sociedades opostas e em conflito, como exemplifica a citação a seguir, um relato de um cativo de 1846: “[Ao lado dos nativos haviam] *cristianos con armas de fogo, otros con lanzas, unos vestidos de cristianos y otros de indios.*”²⁷ A porosidade da fronteira era manifestada nessas formas de aliança, por exemplo, e na complexidade das relações entre os *cacicados*, expressa na presença de índios em frentes de combate *criollas* contra outros índios, muitas vezes, inimigos de suas etnias de origem. A negação da coexistência entre a

²² BARBA, p. 10.

²³ BECHIS, A. Martha. Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica. Buenos Aires: Sociedad de antropología Argentina, 2010, p. 49. RATTO, Silvia. Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015, p. 25.

²⁴ Sobre a definição de *malones*, ver nota na página 3.

²⁵ JONG, Ingrid. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. Revista Tiempo Histórico. Santiago – Chile, ano 6, n.º 11, Jul-Set, 2015, p. 36.

²⁶ RATTO, 2015, p. 26.

²⁷ Declarações de um cativo. 30/4/1846, Archivo General de la Nación (AGN), sala X apud Ibid, p. 49.

sociedade argentina em formação e as etnias autóctones, foi um discurso que se fortaleceu ao longo do século XIX, colocando o índio como um “outro” interno, impossibilitado de pertencer aos quadros de representações identitárias da nação.

Projetos de ocupação territorial das terras indígenas

A inferioridade militar dos *criollos* até a década de 1870, limitavam suas ações ofensivas e obrigavam a realização de acordos diplomáticos com os caciques e de atitudes de defesa, como a construção de fortes para demarcar sua presença e vigiar a fronteira. A partir da década de 1860, o poder central de Buenos Aires passou a ter condições políticas mais estáveis para iniciar projetos de expansão territorial, visando definir suas fronteiras internacionais, até então vagamente delimitadas. No ano de 1867, a lei número 215 foi a primeira a legalizar um projeto de expansão territorial, visando a incorporação das terras do Pampa até os limites do rio Negro, norte da Patagônia.²⁸ Isso implicava na incorporação de imensa área indígena, incluindo áreas férteis e secas e abrangendo as territorialidades de diversas etnias.

O mapa abaixo apresenta os espaços do Pampa e da Patagônia em questão: ao sul do rio Salado até o rio Negro, o Pampa e ao sul do rio Negro, a Patagônia.

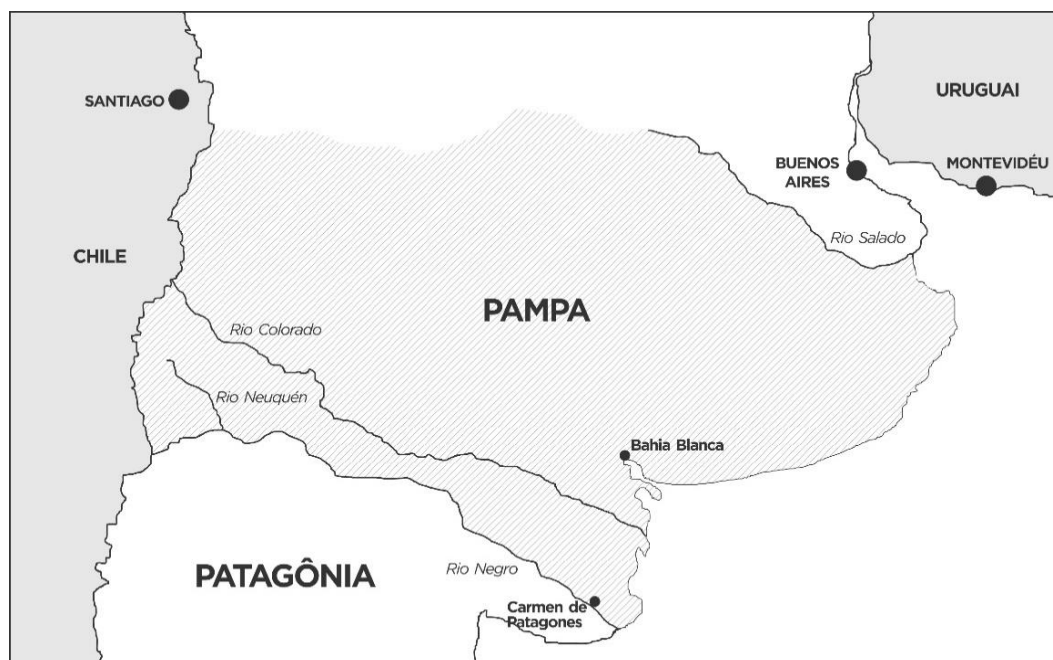


Figura 2: Pampa e norte da Patagônia (NACUZZI, 2010, p. 183)²⁹

²⁸ Ibid, p. 137.

²⁹ Mapa adaptado, utilizando as referências da fonte citada.

A Guerra do Paraguai impossibilitou a execução da lei número 215, mas o advento de uma guerra longa equipou as forças de exército com melhores armamentos e capacitou os militares em estratégias de guerras modernas.³⁰ A necessidade do governo argentino em promover negociações com os índios buscando situações de paz na fronteira, em que os caciques trocavam os ataques às populações fronteiriças e suas fazendas por bens de consumo e animais garantidos pelos tratados, foi diminuindo ao longo da década de 1860, até que essa estratégia de negociação fosse substituída pelo conflito direto nos últimos anos de 1870. A diminuição do pagamento de víveres decorrentes dos tratados diplomáticos, foi fator de enfraquecimento dos principais cacicados do Pampa, uma vez que, essas sociedades passaram a depender desses insumos para seu comércio e subsistência.³¹ Ao iniciar o conflito direto, o governo argentino já encontrava grupos com reduzida capacidade de resistência e menos poder político, já que o comércio consistia em uma forma de manter as alianças internas entre os caciques.³²

Terminado o conflito da Tríplice Aliança, o objetivo do ministério da Guerra e Marinha voltou-se para a ampliação da fronteira interna no Pampa em direção ao rio Negro, aplicando a lei número 215. O governo do presidente Nicolás Avellaneda (1874-1879) voltou as atenções desse ministério para a execução de um plano de ações de operações na fronteira, como expresso em sua fala no ano de 1875: *“la cuestión de fronteras es la primera cuestión de todas, y hablamos incesantemente de ella aunque no la nombramos. (...) Suprimir los indios y las fronteras no implica en otros términos sino poblar el desierto.”*³³

O ministro da Guerra e Marinha que iniciou as operações na fronteira, Adolfo Alsina, deu ênfase na consolidação de uma fronteira militar com os índios do Pampa, com o estabelecimento de fortes divididos em setores para facilitar o controle da chamada “linha fortificada”. O índio foi definitivamente construído como um inimigo do país e marginalizado como ator social, o que legitimava as operações militares de expansão territorial. Visando reduzir os constantes ataques indígenas em busca de animais ou para pressionar o governo a novas negociações de paz,³⁴ o ministro projetou um poço para funcionar como uma trincheira

³⁰ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 476 - 477; PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852 - 1885). São Paulo: Alameda, 2012, p. 157 - 159.

³¹ JONG, 2015, p. 36.

³² BECHIS, 2010, p. 126.

³³ Carta de Avellaneda para Álvaro Barros, 1875 apud SABATO, Hilda. **Historia de la Argentina**, 1852-1890. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 259.

³⁴ JONG, Ingrid. El negocio de la paz: la política diplomática de Calfulcurá durante la organización Nacional (1862-1873). In: TRINCHERO, Hugo, MUÑOZ, Luis Campos e VALVERDE, Sebastián (coord.) **Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras** [...] Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2014. p. 175.

paralela a linha de fortes.³⁵ A construção da trincheira chamada de “zanja (ou foço) Alsina” gerou controvérsias à época, pois foi considerada uma ação defensiva, enquanto outros militares eram mais favoráveis aos ataques diretos às *tolderías* indígenas como plano de ação. De acordo com Alsina, suas operações não poderiam ser taxadas como defensivas e a estratégia da trincheira funcionaria tanto para sanar o imediato problema dos ataques indígenas às fazendas do sul de Buenos Aires, quanto para servir de base para as operações ofensivas iniciadas no ano de 1875:

Ni de los documentos publicados ni de mi carta ha podido Ud. deducir que mi plan sea establecer líneas de fortines para mantenerse a la defensiva (...) pero ocupándose la línea que yo proyecto, podrá ocuparse después la del rio Negro, sin el peligro que los dos reconocemos, por cuanto entre ambas líneas será imposible la subsistencia de grupos considerables enemigos.³⁶

Esse trecho foi extraído de uma carta para Julio Argentino Roca, chefe das operações na fronteira de Córdoba, onde Alsina manifestou sua intenção estratégica com a construção da trincheira, preparando uma posição de retaguarda para as operações ofensivas que foram iniciadas, ao mesmo tempo que visava reduzir os ataques indígenas às fazendas de gado. As operações de Alsina desestabilizaram os grandes cacicados pampeanos e iniciaram a adoção de medidas agressivas contra os habitantes originais desses territórios. A fronteira era entendida como uma faixa que avançava desde a civilização em direção à barbárie, justificando a agressão realizada pelo propósito de construção de uma sociedade condizente com os valores europeus. Igualmente, possuir áreas livres de sociedades ocidentais, poderia abrir para a possibilidade de invasão de outros Estados estrangeiros, uma vez que esses espaços eram considerados como *res nullius*, que significava terra de ninguém.³⁷ Na ótica eurocêntrica, espaços ocupados por sociedades nativas não tinham jurisdição reconhecida e estavam passíveis de uma ocupação ocidental. Para os argentinos ocupar esses espaços, colocando os índios como inimigos do Estado e que precisavam ser submetidos, impediria possíveis disputas territoriais, tanto por potências europeias que transitavam nas costas da Patagônia, quanto pelo Chile, que mantinha uma posição de litúgio sobre esse território, uma vez que os limites internacionais entre os dois países, não foram claramente delimitados após a emancipação com a Espanha.³⁸

³⁵ MARCO, Miguel Ángel de. **La guerra de la Frontera**. Luchas entre indios y blancos 1536-1917. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 467; PASSETTI, p. 236 - 237.

³⁶ AGN, Fundo JAR, 1230, leg. 2, Buenos Aires, 4/12/1875, Adolfo Alsina.

³⁷ BANDIERI, Susana. **Historia de la Patagonia**. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 60.

³⁸ CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. **Historia General** de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Tomo VI. Parte I. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998, p. 258 - 259.

Sabia-se, no entanto, que a adoção de atitudes ofensivas pelo governo refletiria em reações igualmente ofensivas dos índios, já que os ataques empreendidos pelos exércitos argentinos seriam invasões aos territórios previstos em tratados diplomáticos e acordados entre ambas as partes. Em outra correspondência trocada com Julio Argentino Roca, o ministro Alsina, Roca indicava que a resistência indígena às invasões *criollas* teria como argumento a ruptura dos tratados previamente realizados:

Los indios miraran en el solo hecho de estudiar los puntos que V.E. me indica, un ataque a sus derechos pues consideran suyos esos campos y aún los [que] actualmente ocupamos como lo prueban las reclamaciones que en distintas épocas han hecho y acudido muchas veces á las armas en su defensa. Nos acusaran de ser nosotros los primeros en faltar á la fe de los tratados.³⁹

Como parte da estratégia ofensiva, alguns tratados diplomáticos realizados com os caciques foram desfeitos, enquanto novos tratados foram celebrados com a finalidade de enfraquecer as principais lideranças. Juan Calfulcurá, que habilmente negociava com o governo o pagamento de víveres desde a década de 1830, em troca de impedir a realização de ataques de outros grupos indígenas às fronteiras de Buenos Aires. Assim, Calfulcurá obteve grande poder político entre os outros caciques do Pampa e conseguiu manter em funcionamento um complexo circuito comercial de bovinos.⁴⁰ Com o endurecimento das políticas contra os indígenas no Sul, o governo passou a acordar tratados diretamente com os caciques que antes estavam sujeitos ao cacique Calfulcurá e, posteriormente, ao seu sucessor, Namuncurá. Dessa forma, o poder de liderança dos caciques de Salinas Grande foi reduzido perante os demais caciques e a diminuição dos tratados com esse grupo, enfraqueceu seu sistema comercial e a própria subsistência dos grupos que dependiam dos insumos fornecidos pelo governo.⁴¹

Ademais, os tratados realizados entre o governo e os caciques nesse período, continham uma notória mudança de tratamento. As etnias em acordo com o governo passaram a ser denominadas pelo vocábulo “tribos”, desqualificando-os em termos culturais, ao mesmo tempo que passavam a desconsiderar a legitimidade de sua ocupação territorial.⁴² Anteriormente, os tratados se referiam aos grupos de índios como “nações”, reconhecendo certa soberania na ocupação de seus espaços. Cabe pontuar, que a continuidade da política de tratados mesmo com a clara intenção expansionista do governo, se dava pela impossibilidade

³⁹ AGN, Fondo JAR, leg. 115, Buenos Aires, 19/10/1875, carta de Roca para Alsina.

⁴⁰ JONG, 2015, p. 24.

⁴¹ Id, 2011, p. 85.

⁴² RATTO, 2015, p. 160 - 161,

de abrir conflito com todos os grupos étnicos ao mesmo tempo. No entanto, a redução da política de tratados teve impacto direto na capacidade de subsistência indígena e foi fator de enfraquecimento dessas sociedades. No momento das últimas operações militares em 1879, foram encontrados grupos dispersos e enfraquecidos pelas invasões *criollas* anteriores e pela impossibilidade de manutenção das redes comerciais que lhes garantiam a subsistência.

A morte de Alsina em 1877, colocou à frente do ministério um militar de carreira que já participava das operações da fronteira na proximidade de Córdoba, Julio Argentino Roca. Com uma ideia diferente de seu antecessor, Roca pretendia abandonar o projeto de trincheiras para empreender um projeto audacioso de posicionar diretamente a fronteira no rio Negro, em aplicação da lei de 1867. Em 1878, iniciou uma série de ataques aos principais cacicados do Pampa, seguindo as operações já iniciadas por Alsina. No entanto, para seguir com seu projeto de mover a fronteira para o norte da Patagônia no rio Negro, Roca necessitava convencer o Congresso Nacional a liberar os recursos para viabilizar seu projeto. Estanislao Zeballos, escritor e político que estudava os indígenas do Pampa durante o século XIX, e que depois envolveu-se como diplomata em litígios territoriais com o Brasil, foi escolhido por Roca para apresentar um estudo que justificasse a necessidade e a viabilidade dessas operações. Séculos de resistência indígena e o escasso conhecimento do território a ser conquistado eram utilizados como argumentos contrários a empreitada proposta por Roca.

Zeballos expôs em seu texto “*La conquista de quince mil leguas*”⁴³, que o reposicionamento da fronteira no rio Negro, não só liberaria espaço para as fazendas de criação de animais, como aumentaria a segurança das fazendas e povoados existentes nas proximidades da fronteira, já que Zeballos considerava esse rio como a “chave” para a conquista da Patagônia.⁴⁴ Com propósito “científico” e “histórico”, o texto de Zeballos argumentava sobre a facilidade de se chegar até o rio Negro, uma vez que não havia mais a temida resistência indígena das décadas anteriores. Mesmo antes das operações finais ocorridas em 1879, Zeballos apresentava Roca e os demais comandantes das operações na fronteira, como “vencedores do índio” e “soldados do progresso”:

La expedición al río Negro abre a los misioneros un teatro inmenso y reductor en el cual presentarán a la humanidad y a la república grandes servicios, sin correr peligros, realizando verdaderas obras de misericordia en la transformación de la índole del salvaje. (...) El ministro de Guerra General Roca, Levalle, Racedo, Villegas, García, Winter, Freyre, comandantes de frontera o comandantes de

⁴³ ZEBALLOS, Estanislao. **A conquista de 15 mil leguas**. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878), Ediciones Continente, 2008. 1ª ed. 1878.

⁴⁴ Ibid, p. 19.

batallón, son acreedores a palabras de sincera felicitación, anticipándonos a las demostraciones con que ha de saludar a ellos y a sus subalternos una nación entera, reconocida a los vencedores del indio, a los conquistadores de 15.000 legas de rico territorio y a los soldados de una cruzada de redención y de progreso.⁴⁵

Com autorização e recursos aprovados para sua execução, que em grande parte foram decorrentes da venda prévia de títulos das áreas que seriam ocupadas, a chamada Campanha do Deserto iniciou uma nova fase de operações pontuais contra as etnias que ainda resistiam, mesmo após três anos de invasões e ofensivas diversas. Posicionar o rio Negro como fronteira interior era o principal objetivo dessa campanha, além da eliminação do inimigo que habitava os “desertos”. O estabelecimento da fronteira em uma barreira natural, serviria de base para futuras expedições na Patagônia, pois essa nova fronteira funcionaria como um grande empecilho⁴⁶ para os *malones* indígenas no Pampa e permitiria a segurança das fazendas e povoados já estabelecidos, como expresso em discurso no Congresso Nacional em 1878:

La frontera del Rio Negro de Patagones, como línea militar de defensa contra las invasiones de los indios bárbaros de la pampa, es una idea tradicional que tiene origen en la ciencia y la experiencia trazada por la naturaleza en una planicie abierta. (...) En vez de líneas sinuosas y desligadas de las actuales fronteras, formando dentro de ellas el desierto, un seno en el seno de la tierra poblada, en cuyo centro el indio bárbaro acampó como dueño y señor, con fácil acceso sobre las poblaciones fronterizas.⁴⁷

A Campanha do Deserto, também colocada por muitos autores como um projeto de genocídio indígena,⁴⁸ foi iniciada em 1878 ainda na fase de aprovação pelo Congresso com a realização de ofensivas às *tolderías* chamadas de “operações preliminares”, e finalizada em maio de 1879 com a chegada das tropas ao rio Negro. A vitória de suas operações, impulsionou Roca como candidato presidencial às eleições no ano seguinte, quando obteve a vitória e foi proclamado presidente da Argentina em 1880, retornando à presidência em 1898.

Em mensagem de Avellaneda ao Congresso após a chegada das tropas de Roca ao rio Negro, o presidente justificou as operações militares que moveram a fronteira interna e incorporaram o Pampa como território nacional, pelas invasões e pelo “terror” que eram causados pelos índios pampeanos:

⁴⁵ Ibid, p. 280 - 282.

⁴⁶ O rio Negro foi considerado uma “barreira” por ser um rio mais caudaloso, o que dificultaria o trânsito de índios e impediria o retorno com os animais roubados das fazendas.

⁴⁷ Academia Nacional de Historia, 13/09/1878, Actas del Congreso Nacional. Comisión especial en el proyecto de ley sobre fronteras.

⁴⁸ DEL RIO, Walter e LENTON, Diana. ¿Qué, para quiénes u según quiénes? Reparaciones, restituciones y negaciones del genocidio en la política indígena del estado argentino” III Jornadas de Historia de la Patagonia. Universidad Nacional del Comahue: Bariloche, 2009; As ações contra os indígenas também podem ser enquadradas como um “genocídio cultural”, onde os índios perderiam sua cultura e por não terem outra opção, estariam sujeitos às normas sociais. LAWRENCE, Davidson. Cultural genocide. New Jersey: Rutger University Press, 2012, p. 15.

Han sido ellos [índios] ejecutados en cumplimiento de la Ley que disteis en vuestras últimas sesiones, ordenando la translación de las fronteras interiores a las márgenes del Rio Negro y del Neuquen. En Julio del año pasado, el indio repuesto del terror que le había causado su desalojo de Carhué, de Puan y de Guaminí, atravesaba por las cercanías del Azul o invadía la Carlota y el Río Cuarto, cuando empezó nuestro ejército esa serie de expediciones sorprendentes que la Nación ha presenciado y que aseguran ya el dominio de la Pampa central.⁴⁹

De espaços de negociação interétnica e de reconhecida soberania indígena, o espaço de fronteira foi modificando seu estatuto ao decorrer das décadas de 1860 e 1870. A fronteira interna foi construída discursivamente como uma barreira militar, que se separava da barbárie e que deveria ser civilizada. Esses discursos foram incorporados pela historiografia tradicional sobre o tema e só foram revistos com a ressignificação da fronteira em trabalhos realizados a partir dos anos 1990 e 2000.⁵⁰ O entendimento da fronteira como um espaço de contato entre culturas diferentes, que abrangia situações de negociação, conflito, mestiçagem e comércio, parte com a apropriação da noção de “zonas de contato” de Mary Louise Pratt, além da noção moderna de transculturação para considerar que em situações de contato, ambas as sociedades em relação sofrem processos mútuos de transformação.⁵¹

O retrato de uma fronteira permeável, com constante trânsito de índios, argentinos, militares, *gauchos* e mestiços, em relações mais abrangente que o conflito, é uma imagem mais verossímil sobre a fronteira, do que uma barreira intransponível entre dois mundos.⁵² No entanto, o endurecimento do enfrentamento ao indígena na década de 1870, com a diminuição dos acordos de paz e o aumento das invasões pelo governo argentino, colocou a fronteira como um espaço social que deveria ser desfeito. Com base na violência, os habitantes do Pampa deveriam ser submetidos e convertidos em cidadãos do país⁵³ e a fronteira interna deveria, provisoriamente, ser estendida ao rio Negro, para então, ser desfeita após incorporação total do território e definitiva demarcação dos limites internacionais. Como coloca Pratt: “Sempre, como parte de uma narrativa expansionista, esta polarização retórica nega as demandas indígenas por terras, assim como, suas inteiras histórias de contato”.⁵⁴ Da negação das histórias prévias de contato, surgem narrativas de exclusão que sobrepunham à

⁴⁹ National Archive at Maryland, M 69 Roll 20. Mensaje del presidente de la República [Nicolás Avellaneda] al abrir las sesiones del Congreso Argentino en Mayo de 1879. Buenos Aires, Imprenta de El Nacional. Carhué, Azul, Carlota, Río Cuarto eram nomes de fortes.

⁵⁰ Autores como Guillermo Boccaro, Walter Del Rio, Julio Vezub, Martha Bechis, Ingrid de Jong, Lidia Nacuzzi, Claudia Briones, Silvia Ratto, Pedro Navarro Flóres, Hugo Enrique Masses, entre outros e no Brasil, Gabriel Passetti.

⁵¹ PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel, Writing and Transculturation**. 2ª ed. New York: Routledge, 2008, p. 7 - 8. Com discussões similares MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro com confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 141 - 143.

⁵² NACUZZI, 2010, p. 9.

⁵³ TARQUINI, Claudia Salomón. **Largas noches en la Pampa: itinerarios y resistencias de la población indígena (1878-1976)**. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 55.

⁵⁴ PRATT, p. 183. Tradução livre: “Always, parts of an expansionist narrative, this polarizing rhetoric negates indigenous claims to the land (...), as well as whole histories of contact.”.

clara intenção de anexação territorial. A “barbárie” que foi relacionada com as sociedades indígenas, legitimou as operações militares pelo entrave que representou à construção do Estado Nacional argentino. Absorvida da cultura europeia da “civilização” e transculturada à identidade nacional argentina,⁵⁵ o negacionismo da barbárie criou um inimigo na fronteira, que se manifestava tanto como um espaço (o deserto), tanto como um personagem (o índio). Desertos e índios foram perseguidos por governos com guerras travadas em nome da edificação da civilização, transcrita pela transformação dos territórios indígenas em território nacional pelo Estado. Na imagem abaixo, temos a movimentação das linhas de defesa da fronteira interna em 1870, com as primeiras operações de Alsina, onde os fortes são representados pelos pontos (*Gaiza, San Carlos, Lavalle, Azul, etc*). A linha pontilhada (operações de 1876 - 1877) refere-se ao trecho avançado por esse ministro a partir do posicionamento anterior, incluindo a “*Zanja Alsina*”. Após a “Campanha do Deserto” de 1879, a fronteira passou a ser considerada no rio Negro e no seu afluente, o rio Neuquén.

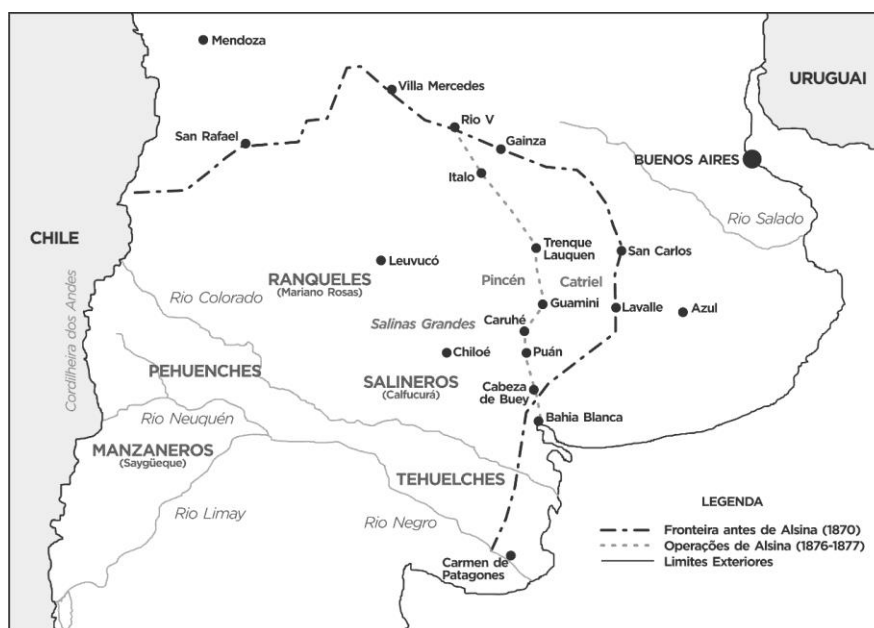


Figura 3: Linhas de defesa das principais operações militares (MARCO, 2010, p. 192).

Incorporação da Patagônia e lei de territórios nacionais

Como resultado político direto da “Campanha do Deserto”, Roca foi eleito presidente da República em 1880 e deu continuidade a incorporação das terras indígenas através de operações militares na Patagônia. As primeiras operações realizadas na Patagônia, a partir de 1881, tinham como finalidade perseguir as etnias em fuga desde as campanhas no Pampa, iniciadas na década anterior, e impor a presença estatal na Patagônia, pois o Chile realizava

⁵⁵ Ibid, p. 184.

processo de ocupação semelhante⁵⁶ em seu território, aproximando a presença chilena na área cobiçada pelo Estado da Argentina. É importante ressaltar que nesta época configuração da fronteira internacional entre esses países continuava em aberto. As campanhas militares na Patagônia foram finalizadas em 1885, quando já considerava-se que a fronteira interna no rio Negro não mais existia e as áreas indígenas do Sul passavam definitivamente ao domínio Estatal.

Os governos do Chile e da Argentina, em seus processos praticamente simultâneos de colonização da Araucania e da Patagônia, impuseram apenas duas alternativas aos indígenas que habitavam essas áreas: a submissão ao Estado e as suas leis, ou a guerra. Qualquer possibilidade de preservação dos costumes e da existência autônoma dessas sociedades dentro do território nacional, foi desconsiderada nesse contexto. Durante as operações no Pampa, muitas etnias fugiram para a cordilheira dos Andes ou para o Chile. No entanto, com o início das operações militares no sul do país vizinho a partir de 1881 (com o fim da Guerra do Pacífico), reduziram-se as alternativas de fuga para as populações originárias. Fortes edificadas pelo exército chileno nos Andes impediam a realização do movimento migratório para o país vizinho, ao menos que os índios que se considerassem “argentinos” estivessem dispostos a retornar ao seu país para a submissão às forças militares. Essa classificação entre índios como “argentinos” ou “chilenos” foi utilizada pelos exércitos dos dois países como forma de sinalizar os índios em fuga. Em tentativa frustrada de evitar ataques, cacique como Valentín Saygüequé, se considerou “argentino” a fim de evitar o enfrentamento militar com esse governo.⁵⁷ Esse cacique havia acordado em tratados previamente realizados, que poderia manter seu *cacicado* de forma autônoma, onde lhe foi garantido pelo governo argentino, que não seriam realizados ataques contra seu território. Terminadas as operações no Pampa, Saygüequé que vivia no norte da Patagônia, foi perseguido como os demais grupos étnicos pelo governo de Buenos Aires.

As duas operações concomitantes, na Patagônia e na Araucania, tendiam a encurralar os índios e evitar o trânsito pelos Andes, que foi praticado por diversas gerações de índios devido ao intenso fluxo comercial e imigratório. Apesar do litígio e dos interesses distintos sobre a fixação da fronteira, o combate aos índios era um ideal que unia as duas nações em um objetivo comum. Ambas pretendiam acabar com as fugas dos índios pelos

⁵⁶ Sobre esse assunto: SEIXLACK, Alessandra. Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do deserto na Argentina 2017. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.

⁵⁷ VEZUB, Julio Esteban. Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 263.

Andes, e, ambas, impunham a submissão às leis nacionais como condição para que os índios se rendessem a essas repúblicas. A imposição dos limites internacionais na cordilheira corroborava com a situação de “proteção” dos limites de cada país, evitando a entrada de índios “chilenos” ou “argentinos” pelos fortes instalados em ambos os lados dos Andes. Além da situação de perseguição dos índios pelos exércitos argentinos e chilenos, colocavam-se questões de litúgio territorial subjacentes ao acordo de limites, as quais se encontravam em processo de negociação.

As últimas campanhas militares foram realizadas durante a atuação do militar Lorenzo Vintter como governador da Patagônia, entre os anos de 1884 e 1885. Iniciadas com a chegada das tropas por via fluvial na província de Chubut, as operações tinham por objetivo perseguir os índios provenientes de outras operações, que haviam fugido para o Sul. Outra frente partiu das instalações militares no lago Nahuel Huapi, no rio Negro, com rumo as margens do rio Santa Cruz, ponto mais austral percorrido pelas tropas argentinas durante as operações contra os índios. As atividades oficiais na Patagônia foram finalizadas em 1885, juntamente com a rendição do cacique Saygüequé, que havia fugido desde as primeiras operações contra seu *cacicado*. A partir dessa data, a relação com os índios que habitavam o restante da atual província de Santa Cruz e a Terra do Fogo ficaram a cargo dos novos colonizadores desses locais, e não mais do Estado.⁵⁸

Visando definir o marco jurídico dos territórios incorporados com a expansão militar e marcar o fim das fronteiras interiores, a lei de Territórios Nacionais datada de 1884, inseria o Pampa, a Patagônia e outras regiões do norte do país também incorporadas após enfrentamento com os índios, como áreas pertencentes à União, mas que tinham estatuto diferente das demais províncias argentinas. A inserção das novas unidades administrativas recém incorporadas após apropriação das terras indígenas, baseou-se em medidas jurídicas adotadas nos Estados Unidos, entre 1784 e 1787, para as áreas do Nordeste de rio Ohio e, que, posteriormente, serviram para os demais territórios incorporados de países estrangeiros ou para áreas indígenas, a exemplo do Texas e do Oeste indígena. Nessa configuração, as novas terras foram divididas em Territórios que permaneceriam sob tutela do governo federal até que se atingisse um número mínimo de habitantes (o número mínimo de habitantes do estado menos populoso da confederação) para receber, então, o *status* de estado.⁵⁹

⁵⁸ BANDIERI, 145.

⁵⁹ ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). *Doc. Anál. Geogr.* Vol. 56/3, 2010, p. 512-513.

Na Argentina, os Territórios Nacionais representavam os espaços incorporados ao Estado e administrados por ele, que definia, inclusive, seus representantes políticos. No Pampa e na Patagônia, os Territórios Nacionais foram divididos em oito unidades administradas pelo governo federal e que permaneceram nessa situação até 1955, com a transformação desses em províncias com a mesma igualdade jurídica das demais. A denominação de “Territórios Nacionais” serve para diferenciar do vocábulo “território” e para marcar a solução jurídico-administrativa encontrada pelo Estado argentino de inserir as novas áreas no território nacional, sem agregá-las aos territórios já existentes de cada província, semelhante à lei norte-americana do século anterior.⁶⁰ De acordo com Pedro Navarro Flórida, a nacionalização desses espaços visava garantir o fim definitivo das fronteiras interiores, a possibilidade do fechamento das fronteiras internacionais e a conversão dos indígenas em cidadãos argentinos, permitindo um maior controle dessas populações.⁶¹

As prerrogativas legais das áreas foram definidas em momento prévio à ocupação pelo governo de Nicolás Avellaneda, a partir de leis de colonização e imigração transitadas no Congresso em 1876 e leis específicas para a incorporação das novas áreas, culminando na lei dos Territórios Nacionais, número 1532 de 1878.⁶² A concomitância de projetos de expansão territorial e de repovoamento da área, criando âmbitos administrativos de estreito domínio do Estado, enfatizaram a pretensão de criar zonas de colonização internas dentro do território nacional.⁶³

A lei de número 1532 delimitou as jurisdições das chamadas *gobernaciones*, nome atribuído as divisões administrativas que faziam parte dos Territórios Nacionais.⁶⁴ Em referência ao Território Nacional da Patagônia, estavam incluídas as *gobernaciones* de Neuquén, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo. Outras *gobernaciones* criadas foram La Pampa (referente à área ocupada até o rio Negro) e no norte, Misiones, Formosa e Chaco. Os Territórios Nacionais não possuíam representantes no Congresso Nacional e eram politicamente dependentes do governo federal. Possuíam um sistema administrativo simplificado com um governador nomeado pelo poder executivo em acordo com o Senado, um *Juezes de Paz*, que poderia ser eleitos quando a população da *gobernación* ultrapassasse os mil habitantes, um Conselho Municipal, seguindo as mesmas possibilidades de eleição

⁶⁰ Ibid, p. 515.

⁶¹ FLÓRIDA, Pedro N. La Formación fallida de la Patagonia Norte, 1862 – 1904. *Quito Sol*, n7, 2003, p. 61 - 62.

⁶² Ibid, p. 63.

⁶³ PERLA, p. 515 - 516.

⁶⁴ Território ou Territórios Nacionais aparecerão em maiúsculo quando fizer referência à situação imposta pela lei número 1352.

direta, válida para os *Juezes de Paz*, e todos os funcionários eram ligados e nomeados pelo poder executivo.

De acordo com essa lei, as *gobernaciones* que alcançassem o número de 60 mil habitantes, seriam convertidas em províncias. No entanto, tal dispositivo não foi considerado e as áreas classificadas como Territórios Nacionais só se tornaram províncias a partir da década de 1950, e a Terra do Fogo, apenas em 1990.⁶⁵ A lei de Territórios Nacionais atribuía às áreas apropriadas uma condição “temporária” de dependência administrativa, até que houvesse a possibilidade de sua conversão em província. Configurava-se uma forma de colonização interna direcionada pelo Estado em seu próprio território. Na prática, era comum a situação de atraso de pagamentos ou o não fornecimento de recursos suficientes para o funcionamento apropriado do aparelho administrativo das *gobernaciones*.



Figura 4: *Gobernaciones* e as Províncias na década de 1880 (HORA, 2010, p. 201).

A restrição da autonomia dos Territórios Nacionais encerrava a organização dessas localidades em uma contradição, dada a ineficaz presença estatal ocorrida na prática. A reduzida capacidade de articulação dos Territórios Nacionais com o governo central, limitava

⁶⁵ BANDIERI, p 156.

a capacidade de seus poucos agentes em resolver os problemas locais. Em resposta, criavam-se redes de assistência entre a administração local e a população, configurando sistemas paralelos àqueles dispostos pela lei.⁶⁶ A ineficiência da lei de 1884, que não instruíra os agentes nomeados ou eleitos, além da dificuldade de acesso a muitas dessas regiões, foram barreiras ao centralismo político pretendido pelo governo, deixando o desenvolvimento da região por conta dos colonos e dos agentes locais.⁶⁷

A partir da segunda metade do século XIX, foram formados núcleos de povoação em diferentes pontos do espaço patagônico. O crescimento da economia argentina assistido a partir do final do século XIX, atraía imigrantes em busca de oportunidades laborais em todo país, inclusive para os Territórios Nacionais mais austrais. Muitas das terras foram adquiridas por membros das elites bonaerenses a preços muito baixos, sendo que muitos enriqueceram com a revenda dessas terras.⁶⁸ A escassa presença do Estado contribuía para as condições de vida hostis até as primeiras décadas do século XX, quando ocorreram melhorias nos setores de comunicação, transporte e a consequente valorização das terras. Índios e imigrantes chilenos foram personagens representativos na composição das cidades do sul argentino, cuja dinâmica de ocupação diferiu das intenções centralizadoras, pretendidas pela elite política.

O primeiro governador da Patagônia, Álvaro Barros (1878 - 1882), enviou um relatório ao Departamento de Interior revelando as dificuldades encontradas no controle e no desenvolvimento da área sob sua jurisdição: “[es] *imposible toda la comunicación con las poblaciones del Chubut y Santa Cruz al a través de un desierto extenso, escaso de agua e inexplorado, hube de concretarme al estudio del país en la parte que estaba al alcance de mis medios de acción.*”⁶⁹ As dificuldades físicas de acesso aos novos territórios, somadas à fragilidade do projeto Estatal, que incorporou as novas sociedades de maneira precária, impossibilitou a realização do projeto centralizador. Aos habitantes dos Territórios Nacionais, sobretudo, as populações indígenas, restou uma “cidadania incompleta”, onde duvidava-se da possibilidade de considerá-los “cidadãos argentinos” tais como os demais. Como resultado, o Estado mantinha o controle dos Territórios onde a população não era considerada apta a eleger seus próprios representantes e a defender seus próprios interesses. Em fala de Lucio V. Mansilla, deputado nacional em 1885:

⁶⁶ Ibid, p. 164.

⁶⁷ MORONI, Marisa. La incorporación de los territorios nacionales en el proceso de consolidación del Estado Argentino. El caso del territorio de la Pampa central. *Andes*. Universidad Nacional de Salta, n.16, 2005, p. 9.

⁶⁸ BANDIERI, Susana e BLANCO, Graciela. Invirtiendo en tierras y ganados: capitales chilenos en la frontera norpatagónica. In: BANDIERI, Susana (org.). *Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social*. CEHIR: Neuquén, 2001, p. 381.

⁶⁹ Memoria de la Gobernación de la Patagonia. Coronel D. Álvaro Barros. Buenos Aires: Imprenta librería de Mayo, 1881.S/d. AGN, Fondo Álvaro Barros, leg. 155.

Todas la ventajas, todos los favores (...) de que deben gozar en lo sucesivo esos mansos corderos hoy, los indios que deseamos incorporar a nuestra civilización en calidad de argentinos, será ilusorias si no viene una ley especial del Congreso que complemente la ciudadanía, que establezca que un indio, y que, sean cuales sean las razones que tuvieron nuestros padres y los legisladores para declarar que son argentinos todos los que nacen en el territorio de la Republica, no podemos equiparar el indio a los demás habitantes.⁷⁰

Questionava-se a consideração dos índios como cidadãos argentinos, apenas por terem nascido no território do país. Para afirmar os espaços indígenas como nacionais, invertia-se a lógica e passou-se a considerar essas áreas como argentinas, e, portanto, seus habitantes também o seriam. No entanto, esses índios não poderiam ser considerados cidadãos como os demais, o que levava o Estado a tutelá-los pela lei de Territórios Nacionais. Dessa forma, as áreas indígenas foram (re)territorializadas⁷¹: transformadas em territórios argentino oficialmente incorporado pela Estado, por meio do conflito aberto com esses habitantes. Por sua vez, os índios foram inseridos como “cidadãos de segunda classe”, sem direitos de atuarem como argentinos e sem a possibilidade de manutenção dos elementos culturais que lhes pertenciam. Com outros referentes culturais impostos, os índios passavam a compor formalmente um quadro de cidadania restritiva, com uma limitada integração à “civilização” por meio de colônias agrícolas⁷² ou por sua marginalização em bairros periféricos.⁷³

Primeiramente, muitos grupos de índios foram designados para colônias agrícolas no Pampa, muitas vezes em espaços secos e improdutivos. Aos poucos, migrações internas foram ocorrendo, o que incluía não indígenas, na busca por locais com maiores possibilidades de subsistência, como áreas com solo fértil e com fontes de recursos hídricos. Somado a isso, estavam as dificuldades dos agentes estatais em fiscalizar essas novas ocupações, já que essas áreas ainda eram pouco conhecidas por não indígenas. Muitos índios e seus descendentes também migraram das áreas rurais para as urbanas do Pampa como as cidades de Santa Rosa, Santa Isabel, General Acha e Victorica.⁷⁴

A inserção marginal imposta às sociedades indígenas gerou adaptações em busca de sua subsistência e a escassa presença estatal nas localidades designadas, permitiram esses processos de adaptação e de mobilidade. Além disso, a presença não indígena nas áreas originalmente designadas para os “índios amigos” e as migrações de índios para as cidades

⁷⁰ MASSES, Hugo Enrique. **Estado y cuestión indígena**. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 214 apud Congreso de la nación, Cámara de Diputados, Diario de Sesiones, 1885, p. 501.

⁷¹ OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) **A viagem da volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

⁷² MASSES, p. 206 - 212.

⁷³ TARQUINI, p. 82.

⁷⁴ Ibid, p. 60.

em busca de outras formas de subsistência, quando não era possível continuar nas terras designadas pela improdutividade desses espaços, demonstrava uma continuidade da situação de contato e imbricação entre a sociedade indígena e não indígena.

Na prática, e mesmo após a Campanha do Deserto que determinou o fim da “fronteira interna”, o Pampa continuou a ser uma “zona de contato” nos termos definidos por Mary Louise Pratt, onde situações de resistência e adaptação existiam de forma concomitante às formas de imposição cultural. Essas sociedades aproveitaram-se das brechas de liberdade, consequência da fraca presença do Estado nesses espaços, para procurar reestabelecer ou construir novos vínculos sociais, criando outras formas de autonomia.⁷⁵ É claro que essa relativa possibilidade de reagrupamento não ocorreu para todos os grupos étnicos, já que muitos foram dispersos logo após as campanhas militares e “invisibilizados” de maneira mais veemente. Muito embora, os grupos de “índios amigos” ou caciques que conseguiram estabelecer acordos com os governos ao se renderem de forma pacífica, reinventaram sua dinâmica de relações sociais, possíveis graças às colônias agrícolas.⁷⁶

O fim da fronteira interna e da resistência indígena que prorrogou sua existência, trouxe à tona a necessidade do fechamento das fronteiras internacionais, uma vez que o espaço que já era considerado como território argentino, pode ser formalmente ocupado pelo Estado. Apesar de nunca haver ocupado formalmente, o sul do Pampa e a Patagônia eram considerados como territórios argentinos pela prerrogativa do *uti possidetis*, que assumia que as terras herdadas da colonização deveriam corresponder aos espaços dos países independentes.⁷⁷ Essa mesma prerrogativa, deu margem a diversos litígios territoriais na América do Sul, pois as jurisdições coloniais não eram precisamente definidas e, muitas vezes, se tratava de espaços não muito conhecidos pela Coroa espanhola. A Patagônia foi um desses espaços. Considerava-se que a fronteira entre os dois países era na cordilheira dos Andes, mas o desconhecimento preciso desse relevo, somava-se às pretensões dissidentes, como a alegação chilena sobre toda a Patagônia, ou as disputas de jurisdição pela Terra do Fogo e as ilhas oceânicas anteriores à Antártica.⁷⁸

O fechamento das fronteiras internacionais marcou a última etapa da (re)territorialização do espaço pampeano-patagônico. Essa etapa, representou a ocupação

⁷⁵ TARQUINI, p. 82; Dizemos autonomia no sentido exposto por Tarquini, como as formas de resistência à completa submissão estatal, como os intentos de manutenção da subsistência de forma autônoma e dos vínculos familiares e culturais.

⁷⁶ Ibid, p. 108.

⁷⁷ BANDIERI, 2009, p. 119.

⁷⁸ Ibid, p. 121.

Estatual frente à soberania indígena, buscando consolidar sua presença em toda a área que considerava como seu território legítimo. A presença do Estado argentino, buscava, também, impedir alguma ação nesse sentido do vizinho Chile, que recém terminava um conflito por disputas de fronteira no Atacama, com o Peru e a Bolívia, de onde saiu vitorioso em 1881.⁷⁹ Nesse mesmo ano, a Argentina impôs um tratado de limites ao Chile, buscando sanar as possibilidades de litígio sobre a Patagônia, ao definir a fronteira na cordilheira dos Andes. Pelo Tratado de Limites de 1881, as áreas do Atlântico seriam mantidas para a Argentina, e as áreas e rios que desaguassem no Pacífico, seriam considerados chilenos. No entanto, prerrogativas vagas como a delimitação da linha de fronteira nos “cumes mais altos” dos Andes, deu margens a diferentes interpretações e possibilidades de entendimento, uma vez que pouco se conhecia sobre os espaços em questão.⁸⁰ A pressa pela demarcação ocorria concomitante as campanhas ofensivas contra os índios no sul dos dois países durante a década de 1880, onde a fuga de índios entre os vagos territórios argentinos e chilenos, gerava indisposição entre os exércitos dos dois países.

O litígio pelas terras mais austrais e a falta de um acordo entre os diplomatas e peritos dos dois países, alongou a demarcação das fronteiras exteriores até início do século XX. As fronteiras foram finalmente estabelecidas em 1902, com os Pactos de Maio, após longas negociações diplomáticas, que contaram com a intervenção de árbitros britânicos e norte-americanos.

Concluindo, o longo processo de territorialização das terras indígenas no sul da Argentina, atravessou por construções de discursos de poder, exclusão e soberania. Na medida em que o Estado argentino adquiria maior capacidade de enfrentamento militar, potencializado pela centralização de seu poder político na década de 1860, os tratados e as alianças foram substituídos por ofensivas, com o claro objetivo de acabar com a presença independente dos grupos autóctones, retirando-os de seus territórios de origem. A resistência indígena adiou esse processo de ocupação territorial pela Argentina em séculos, se considerarmos que essas sociedades já lutavam contra processos de colonização externa, iniciada pela Coroa espanhola. O binômio “civilização contra a barbárie”, legitimou a desconsideração da existência autônoma dos grupos étnicos, que diferiam do projeto social almejado para o país. O progresso e a modernidade, utopias do século XIX, esbarravam com a

⁷⁹ A invasão das tropas chilenas à Lima nesse ano, marcou a vitória do Chile no conflito.

⁸⁰ LACOSTE, Pablo (comp.) **Argentina, Chile y sus vecinos**. Buenos Aires: Caviar Bleu, 2009, p. 54.

luta indígena pela manutenção de sua cultura e independência, tornando-se colonizados em seus próprios territórios, ao adquirirem o *status* de cidadãos argentinos.

Referências

Fontes Primárias

Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina.

Academia Nacional de Historia, Buenos Aires, Argentina.

National Archive at Maryland, Estados Unidos.

Fontes Secundárias

BANDIERI, Susana. Historia de la Patagonia. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

BANDIERI, Susana (org.). Cruzando la Cordillera: la frontera argentino-chilena como espacio social. CEHIR: Neuquén, 2001.

BARBA, Fernando Enrique. Crecimiento ganadero y ocupación de tierras públicas, causas de conflictividad en la frontera bonaerense. Revista ANDES, Universidad Nacional de Salta, Argentina, n.º 18, 2007.

BECHIS, A. Martha. Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica. Buenos Aires: Sociedad de antropología Argentina, 2010.

BECHIS, A. Martha . La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. Revista Tefros - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006.

BOCCARA, Guillaume (ed.) Colonización, resistencia y mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX). Ecuador: Abya-Yala, 2002.

CISNEROS, Andrés e ESCUDÉ, Carlos. Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Tomo VI. Parte I. 1ª edição. Buenos Aires: Grupo editor Latinoamericano, 1998.

CHIARAMONTE, José Carlos. Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político em tempos de las independencias. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

DEL RIO, Walter e LENTON, Diana. ¿Qué, para quiénes u según quiénes? Reparaciones, restituciones y negaciones del genocidio en la política indígena del estado argentino” III Jornadas de Historia de la Patagonia. Universidad Nacional del Comahue: Bariloche, 2009.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRADKIN, Raúl O., GELMAN, Jorge. Juan Manuel de Rosas. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

FLORIA, Pedro Navarro. La Formación fallida de la Patagonia Norte, 1862 – 1904. Quito Sol, n7, 2003.

JONG, Ingrid. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. Revista Tiempo Histórico. Santiago – Chile, ano 6, n.º 11, Jul-Set, 2015.

- MANDRINI, Raul. La Argentina aborigen. De los primeros pobladores a 1910. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- MANSILLA, Lucio V. Una excursión a los indios Ranqueles. Buenos Aires: Agebe, 2010.
- MARCO, Miguel Ángel de. La guerra de la Frontera. Luchas entre indios y blancos 1536-1917. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro com confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- NACUZZI, Lidia. Identidades Impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998.
- NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina P. Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- LACOSTE, Pablo (comp.) Argentina, Chile y sus vecinos. Buenos Aires: Caviar Bleu, 2009.
- LAWRENCE, Davidson. Cultural genocide. New Jersey: Rutger University Press, 2012.
- PASSETTI, Gabriel. Indígenas e criollos. Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852 - 1885). São Paulo: Alameda, 2012.
- PRATT, Mary Louise. Imperial Eyes: Travel, Writing and Tranculturation. 2ª ed. New York: Routledge, 2008.
- QUIJADA, Monica (ed.) De los cacicazgos a la ciudadanía. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011.
- RATTO, Silvia. Una Experiencia Fronteriza Exitosa: el negocio pacífico de índios en la provincia de Buenos Aires (1829-1852). Revista de Indias, 2003, vol. LXIII, núm. 227.
- RATTO, Silvia . Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.
- ROMANI, Carla; MENEGAT, Carla; ROMANI, Bruno (org). Fronteiras e Territorialidades. Miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia. Rio de Janeiro: Intermeios, 2019.
- SABATO, Hilda. Historia de la Argentina, 1852-1890. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- SAID, Jaime. Patagonia. Santiago de Chile: Editorial Patagonia Media, 2011.
- SARMIENTO, Domingo F. Facundo. Ou civilização e barbárie. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SEIXLACK, Alessandra. Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do deserto na Argentina. 2017. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.
- TERNAVASIO, Marcela. Historia de la Argentina, 1806-1852. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

TORRE, Claudia. El otro desierto de la Nación argentina. Antología de la narrativa expedicionaria. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010.

TRINCHERO, Hugo, MUÑOZ, Luis Campos e VALVERDE, Sebastián (coord.) Pueblos indígenas, Estados nacionales y fronteras: Tensiones y paradojas de los procesos de transición contemporáneos en América Latina. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2014.

VEZUB, Julio Esteban. Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881). Buenos Aires: Prometeo, 2009.

ZEBALLOS, Estanislao. A conquista de 15 mil leguas. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878), Ediciones Continente, 2008.

ZUSMAN, Perla. La alteridad de la nación. La formación del Territorio del Noroeste del Río Ohio de los Estados Unidos (1787) y de los Territorios Nacionales en Argentina (1884). Doc. Anál. Geogr. Vol. 56/3, 2010.

TERRITORIALIZATION OF THE PAMPEAN-PATAGONIC SPACE IN ARGENTINA (1870 - 1880): FROM THE DESERT CAMPAIGN TO THE LAW OF NATIONAL TERRITORIES

Abstract:

The territorialization of Pampa and Patagonia by the Argentinean State, went through negotiations and conflicts with the legitim inhabitants of these spaces: the Indigenous populations. This process took place only at the end of the 19th century, when the State had political and material conditions to face the sovereignty of these societies over spaces that were already considered part of its national territory, even before their effective occupation. From the coexistence and the dispute for spaces, a frontier was built between the indigenous territories and the Argentine settlements. The processes of interaction and cross-cultural coexistence on that frontier will be discussed, as well as their transformation to a military frontier, with the clear objective of confronting indigenous societies, together with the intention of converting them to citizens in order to transform their territories into national ones. The form of insertion of these new spaces by the State, configured a law of National Territories, which carried in its essence, the racial and cultural prejudices to the ethnic groups, so recurrent during the 19th century.

Keywords: *Frontier. Argentina. Desert Campaign. Indigenous Societies. Pampa.*

TERRITORIALIZACIÓN DEL ESPACIO PAMPEANO-PATAGÓNICO EN ARGENTINA (1870 - 1880): DE LA CAMPAÑA DEL DESIERTO HASTA LA LEY DE TERRITORIOS NACIONALES

Resumen:

La territorialización de la Pampa y de la Patagonia por el Estado argentino, pasó por procesos de negociación y conflictos con los legítimos habitantes de ese espacio: las poblaciones indígenas. Ese proceso se desarrolló a fines del siglo XIX, cuando el Estado tuvo condiciones políticas y materiales para enfrentar la soberanía de esas sociedades, sobre espacios que consideraban como territorios nacionales, aun antes de la ocupación efectiva.

Tras de la convivencia y de la disputa por espacios territoriales, se construyó una frontera entre los territorios indígenas y los poblamientos argentinos. Van a ser discutidos los procesos de interacción y convivio transcultural en esa frontera, igualmente, su transformación a una frontera militar, con el claro objetivo de convertirlos en ciudadanos para transformar sus espacios en territorios nacionales. La manera de inserción de esos nuevos espacios por el Estado, diseño una ley de Territorios Nacionales, que cargaba en su esencia, los prejuicios raciales y culturales a los grupos étnicos, recurrentes al siglo XIX.

Palabras-clave: *Frontera. Argentina. Campaña del Desierto. Sociedades Indígenas. Pampa.*

Submetido:23/04/2020

Aceite:19/07/2020